

Simone da Silva Costa*

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Natal, Rio Grande do Norte, Brasil



O projeto de desenvolvimento social de Furtado num contexto de crise: reflexões para a realidade brasileira

Recebido em: 27 jan. 2022 **Aprovado em:** 23 dez. 2022 **Publicado em:** 03 maio 2023.

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.17.32-5>

Resumo

O artigo busca refletir sobre a importância da promoção e sustentação de um projeto de desenvolvimento social, na atualidade, tomando por base as ideias de Celso Furtado. O estudo se justifica, na medida em que a crise sanitária, provocada pela Covid-19, alterou as relações entre os indivíduos, paralisou as economias, evidenciando e exacerbando as grandes brechas estruturais e sociais do Brasil. Na visão de Furtado, somente um projeto político apoiado no conhecimento da realidade econômica e social poderá romper com a lógica perversa do subdesenvolvimento no qual o país se encontra. No tempo presente, o produto interno bruto encontra-se estagnado e existem cerca de 13,5 milhões de desempregados. No projeto de Furtado, o Estado brasileiro pode alavancar uma nova fase de prosperidade, caso se comprometa, dentre outros fatores, em realizar reformas estruturais, com abandono das políticas de austeridade fiscal e a ampliação do gasto público na área social.

Palavras-chave: Crise Sanitária. Desenvolvimento Social. Economia Brasileira. Pensamento de Celso Furtado.

* Tutora EAD Bolsista da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutora em Arquitetura e Urbanismo e graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: simoneufrnap37@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/4634188867813199>

 <https://orcid.org/0000-0001-7347-7617>

Simone da Silva Costa*

Rio Grande do Norte Federal University

Natal, Rio Grande do Norte, Brazil



Furtado's social development project in a context of crisis: reflections on the Brazilian reality

Received: 27th Jan. 2022 **Approved:** 23rd Dec. 2022 **Published:** 03rd May 2023.

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.17.32-5>

Abstract

The article seeks to reflect on the importance of promoting and sustaining a social development project, currently based on the ideas of Celso Furtado. The study is justified, to the extent that the health crisis, caused by Covid-19, altered the relations between individuals, paralyzed economies, evidencing and exacerbating the great structural and social gaps in Brazil. In Furtado's view, only a political project based on knowledge of economic and social reality can break with the perverse logic of underdevelopment in which the country finds itself. At present, gross domestic product is stagnant and there are about 13.5 million unemployed. In Furtado's project, the Brazilian state can leverage a new phase of prosperity if it commits, among other factors, to carrying out structural reforms, with the abandonment of fiscal austerity policies and the expansion of public spending in the social area.

Keywords: Health Crisis. Social Development. Brazilian Economy. Thought of Celso Furtado.

* Distance Learning Tutor, Rio Grande do Norte Federal University. PhD in Architecture and Urbanism and Graduated in Economics from the Rio Grande do Norte Federal University; MSc in Economics from the Paraíba Federal University. Email: simoneufrnap37@gmail.com

 <http://lattes.cnpq.br/4634188867813199>

 <https://orcid.org/0000-0001-7347-7617>

1. Introdução

O presente estudo busca refletir sobre a importância da promoção e sustentação de um projeto de desenvolvimento social, com base no pensamento de Celso Furtado, em tempos de Covid-19. A atual realidade econômica e social revela que o país necessita fortalecer seu sistema de proteção social, a fim de assegurar melhores condições de vida à população, facilitar o acesso a serviços sociais e garantir empregos decentes. Na visão de Furtado, somente um projeto político apoiado no conhecimento consistente da realidade social poderá romper com a lógica perversa do subdesenvolvimento e da estagnação na qual o país se encontra. Em suas palavras:

o subdesenvolvimento é um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper a sua lógica perversa. (FURTADO, 1992, p. 19).

A realidade econômica do Brasil não era satisfatória quando a crise sanitária emergiu, já que no período o país apresentava um baixo crescimento econômico (2017-2019), após vivenciar um triênio recessivo (2014-2016). Como resultado da necessidade de paralisação das atividades produtivas, no ano de 2020, o produto interno bruto (PIB) caiu em -4,2%. É importante destacar que, desde 2014, o PIB do Brasil não cresce acima de 2%, apresentando taxas negativas nos anos de 2015 (-3,5%) e 2016 (-3,3%).

Tabela 1 – Produto Interno Bruto, Brasil (2010-2019)

Ano	Varição em volume (%)
2010	7,3
2011	4,0
2012	1,9
2013	3,0
2014	0,5
2015	-3,5
2016	-3,3
2017	1,3
2018	1,8
2019	1,2

Fonte: IBGE, *Contas Nacionais Anuais*, [s. d.].

De acordo com o Banco Mundial (2021), o crescimento da economia brasileira, com geração de emprego e renda, no curto prazo, depende do avanço com o programa de imunização, além da adoção de medidas de proteção social, ou seja, exige que o Estado amplie o gasto social. Isto porque a propagação do vírus e seus efeitos sociais são agravados no Brasil, tendo em vista os problemas estruturais pré-existentes, com destaque para os elevados níveis de desigualdade econômica, regional e social, informalidade do trabalho, desproteção social, pobreza e vulnerabilidade. Além disso, no Brasil, assim como nos demais países da América Latina, verifica-se a existência de “sistemas de saúde e proteção social fracos e fragmentados e assentamentos urbanos marginalizados em expansão carentes de acesso a

serviços básicos” (CEPAL, 2021, p. 5).

Em se tratando da perda de vidas, de acordo com os dados compilados pela Universidade Johns Hopkins, no dia 04 de dezembro de 2021, cerca de 5,2 milhões de pessoas vieram a óbito pelo novo coronavírus. A **Tabela 2** apresenta alguns países com mais de 100.000 mortes por COVID-19 no mundo. Neste cenário, os EUA vêm liderando o cenário mundial no que diz respeito a perdas de vidas (788.180), seguido pelo Brasil (615.570).

Tabela 2 – Mortes por Covid-19 (out. 2021)

País	Mortes por Covid-19
Estados Unidos	788.180
Brasil	615.570
Índia	470.530
México	294.904
Rússia	274.648
Reino Unido	146.001
Itália	134.152
Iran	130.124
Colômbia	128.685
Argentina	116.643

Fonte: JHU, *COVID-19 Dashboard...*, [s. d.].

Apesar das fragilidades, o Brasil possui um dos melhores sistemas de saúde da América Latina, mas sua capacidade de atendimento é bastante desigual em todo o país, por isso, é de se esperar uma maior propagação do

vírus nas regiões mais periféricas e com menor capacidade de atendimento médico, como as regiões Norte e Nordeste. Portanto, as políticas públicas devem dar uma maior atenção aos sistemas de saúde dessas regiões (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 5)

O Banco Mundial (2021) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2021) alertaram sobre uma possível onda de novas infecções causada por duas variantes do vírus: a cepa Delta e a cepa Ômicron. No entanto, em função da grande adesão da população à Campanha de Vacinação contra a doença, o número de infectados e de mortes sofreu forte queda de forma que o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde publicou, em abril de 2022, uma portaria que converteu 6,4 mil leitos de UTI Covid-19 em leitos convencionais de terapia intensiva. Assim, o investimento de R\$ 1,2 bilhão contribui para ampliar e fortalecer a assistência de média e alta complexidade no Brasil, bem como beneficia os demais pacientes que necessitam de outros cuidados intensivos não relacionados à Covid-19, fortalecendo assim o SUS (FRASÃO, 2022).

Nesse contexto de crise sanitária, econômica e social, o Estado brasileiro precisa dar uma resposta urgente aos problemas decorrentes da crise pandêmica e construir uma nova geração de políticas baseadas em direitos. Neste sentido, o projeto de desenvolvimento social pensado por Furtado ainda é bastante atual e merece ser resgatado. Na visão furtadiana, o Estado brasileiro deve elaborar políticas econômicas sob a perspectiva de um desenvolvimento econômico distinto do mero crescimento, se quiser transformar as estruturas atuais da sociedade brasileira. O estudo do desenvolvimento de uma nação,

deveria ser, não a taxa de investimento ou a relação produto-capital, ou a dimensão do mercado, mas sim o horizonte de aspirações da coletividade em questão, considerada esta não abstratamente, mas como um conjunto de grupos ou estratos com perfil definido (FURTADO, 1969, p. 19).

No entanto, o país tem um grande obstáculo a ser superado, qual seja:

o novo regime fiscal ou a PEC n.º 55/2016 (atual Emenda Constitucional n.º 95), que limita os gastos públicos, por 20 anos. Essa austeridade econômica enfraquece e limita os investimentos em políticas sociais, fragilizando toda a rede de proteção social existente. Segundo Bremaeker (2017), os gastos federais em saúde poderão se reduzir dos atuais 1,7% do PIB, para 1% ao fim dos próximos 20 anos.

Portanto, confrontando a atual Emenda Constitucional n.º 95, com o pensamento de Furtado, verifica-se que o novo regime fiscal está na contramão do projeto de desenrolamento social que Furtado pensou para o Brasil. De fato, segundo o autor, para a construção da Nação brasileira, era preciso identificar e tratar, não apenas os problemas econômicos, mas sobretudo as aspirações da coletividade em questão.

A elaboração e execução de um projeto social, conforme o pensamento de Furtado, deve estar voltado para os problemas sociais, principalmente, da população que vive na informalidade, com renda próxima à de subsistência e mora em áreas precárias, sem acesso ao saneamento básico, à moradia adequada, aos sistemas públicos de saúde e ao sistema de proteção social vinculada à carteira de trabalho assinada (como férias, salário mínimo, 13º salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, licença-maternidade, licença médica e seguro desemprego).

O baixo crescimento do produto e do emprego no país como um todo, podem ser explicados pela existência de diversos problemas estruturais históricos, como: a especialização inadequada; a baixa diversidade produtiva (complementaridade intersetorial e integração vertical insuficientes); a deterioração dos termos de troca; a inserção inadequada da periferia no comércio internacional; os persistentes desequilíbrios externos e a inflação em ascensão; apresenta níveis de produtividade muito desiguais entre os setores – fenômeno que Aníbal Pinto nomeou de “heterogeneidade estrutural”; bem como uma oferta ilimitada de mão de obra com renda próxima à de subsistência (hoje, “informalidade”) (BIELSCHOWSKY *Apud* BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010).

O fato é que as aspirações dos brasileiros assalariados e/ou excluídos

do mercado de trabalho, têm sido frustradas, já que em pleno século XXI, não possui indústrias suficientes para absorver a mão de obra jovem e ociosa e a população continua a conviver com elevados níveis de pobreza e desemprego. Em meio à crise pandêmica, no terceiro trimestre de 2021, segundo dados do IBGE, a taxa de desemprego, no país, estava em torno de 12,6%, sendo 5,1 milhões de pessoas desalentadas, no Nordeste essa taxa de desocupação apresentou uma taxa de 16,4%.

Tabela 3 – Taxa de desocupação (3º tri. 2021)

Brasil e Regiões	Taxa de desocupação (%)
Brasil	12,6
Norte	12,0
Nordeste	16,4
Sudeste	13,1
Sul	7,5
Centro-Oeste	9,8

Fonte: IBGE, *Desemprego*, [s. d.].

O estudo procura responder a seguinte questão: “Como o projeto de desenvolvimento pensado por Furtado pode contribuir para o país alavancar uma nova etapa de prosperidade, num contexto de elevada crise?”. Assim, no próximo item faremos uma breve reflexão sobre o projeto de desenvolvimento social pensado por Furtado para a Nação brasileira, buscando compreender como suas concepções poderiam ajudar o país a galgar uma nova fase de crescimento, com igualdade de oportunidade e acesso aos bens não econômicos, como saúde e educação, para toda a população. Em seguida, apresentaremos alguns indicadores econômicos e

sociais que retratam a realidade da economia brasileira, desde o ano de 2014, para mostrar que o país só conseguirá alavancar essa nova etapa, caso o Estado se comprometa em realizar reformas estruturais, com abandono das políticas de austeridade fiscal e a ampliação do gasto público na área social, conforme o pensamento furtadiano. E, por fim, apresentaremos as considerações finais.

2. Refletindo sobre o projeto de desenvolvimento social de Celso Furtado

Celso Furtado, ao lado de Raúl Prebisch, construiu um pensamento original e duradouro que ficou conhecido como estruturalismo, o qual utiliza o método histórico-estrutural, que busca analisar a realidade econômica e social dos países periféricos, com enfoque multidisciplinar, fazendo considerações específicas a cada caso, seu contexto e antecedentes históricos. Ademais, avalia suas vulnerabilidades à dinâmica dos países desenvolvidos e/ou industrializados, a fim de estudar políticas econômicas e soluções para cada problema detectado (LEITE, 2019).

Raúl Prebisch fundou a escola estruturalista latino-americana quando escreveu o texto denominado de "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas", no ano de 1949. Nesta obra, que foi denominada por Albert Hirshman de *Manifesto Latino Americano*, o autor questiona as teorias do comércio internacional que prevalecia na época, afirmando que o mundo estava dividido em dois polos: o centro e a periferia (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010).

Sendo assim, Furtado preocupava-se com os problemas da periferia, mais especificamente da economia brasileira. Em termos econômicos, segundo Prebisch (1949), a história revelava que, nos períodos de crescimento econômico e, portanto, de aumento da renda nacional, as importações dos países centrais por bens primários cresciam relativamente

menos do que as importações por bens manufaturados, adquiridos pelos países da periferia ao centro. Portanto, essa relação era prejudicial para o desenvolvimento dos países periféricos, traduzindo-se na deterioração nos termos de troca e no aumento da sua dependência externa por tecnologia. Esse processo explicava a tendência à perpetuação do subdesenvolvimento nas relações entre os dois polos do sistema. Inclusive, era também responsável pela concentração da renda que, hoje, existe em escala mundial.

Furtado e Prebisch concordavam que o subdesenvolvimento da periferia ocorria, paralelamente, ao desenvolvimento das economias centrais, pois os frutos do progresso técnico produzidos no centro eram distribuídos de forma desigual entre os países. No centro, o dinamismo e o progresso técnico se refletiam em salários mais altos e mais homogêneos. Já na periferia, os ganhos de produtividade não se refletiam em salários crescentes, como no centro, mas eram bastante heterogêneos porque, dentre outros fatores, existia uma mão de obra abundante. Além disso, os países periféricos tinham uma noção errônea acerca do conceito de desenvolvimento (progresso na concepção vulgar), na medida em que confundiam desenvolvimento com “a importação de certos padrões culturais, ou seja, com a modernização dos estilos de vida” (FURTADO, 1967, p. 247).

Na esfera econômica, segundo este autor, o setor externo não é “um elemento propulsor do desenvolvimento”, pois “esse passa a originar-se diretamente na diversificação estrutural.” (Furtado, 1967, p. 244). Com isso, o autor declara que o desenvolvimento sustentável é obtido pela diversificação da estrutura produtiva. Esta, por sua vez, obtida pela industrialização substitutiva de importações, “é causa necessária, mas não suficiente para alcançar um desenvolvimento estável”. Ademais, para se compreender o processo de desenvolvimento de um país, torna-se necessário identificar os agentes responsáveis pelas decisões estratégicas e reconhecer os fatores estruturais que condicionam a propagação do efeito de tais decisões (FURTADO, 1967).

O fato é que, as economias nacionais periféricas não possuem centros próprios de decisão, de forma que o crescimento econômico resultado da

simples assimilação de técnicas do exterior, acaba gerando o subemprego estrutural de fatores. Ou seja, não há correspondência entre a disponibilidade de recursos e as combinações deles requeridas pela tecnologia provenientes do exterior, a qual está relacionada com o fato de que a periferia recebia empresas estrangeiras que ainda resguardavam estruturas pré-capitalistas e seriam ainda tecnologicamente defasadas (FURTADO, 1961).

Assim, o subdesenvolvimento não é uma etapa, mas a inserção de empresas modernas em estruturas arcaicas. Nas palavras do autor:

o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas". (FURTADO, 1961, p. 170-171).

Com efeito, a chegada da modernização trouxe consigo outros problemas para os países periféricos, como por exemplo: a padronização do consumo semelhante ao consumo realizado pelos países centrais; e a introdução de tecnologia poupadora de mão-de-obra, importada do exterior, em suas empresas que levaram as suas próprias estruturas a perpetuarem sua heterogeneidade tecnológica

Este cenário, reflete-se na esfera social sob a forma de elevado subemprego e desemprego, bem como de forte concentração da renda. No que diz respeito ao mercado de trabalho, nas economias subdesenvolvidas, o desemprego é fruto da dependência externa e da adoção de tecnologia poupadora de mão de obra em estruturas arcaicas. Ou seja, "a sociedade se *moderniza* antes de que a economia se *desenvolva*." (FURTADO, 1975, p. 86. Grifos no original).

Com relação a concentração da renda, a partir de 1964, segundo Bielschowsky (1996), Furtado, começou a se preocupar com os problemas sociais e com elevadas disparidades na repartição da renda no Brasil. Por isso, alertava para a necessidade de reformas e para a questão distributiva no período da industrialização. O problema é que, na década de 1960,

esse processo normalmente se dá em benefício do consumo da minoria que reproduz as formas de viver dos países de elevados padrões. Trata-se de uma concentração de gastos em consumo, a fim de possibilitar a introdução de novos produtos (FURTADO, 1997, p. 245).

As causas da referida concentração são as seguintes:

Abundância de mão de obra, salário básico determinado pelo nível de subsistência, nível de subsistência determinado pelas condições de vida da população das regiões agrícolas de economia semimonetária, inexistência de organizações indicais capazes de exercer alguma forma de poder, interferência do Estado sempre a favor do capital etc. – mas essas mesmas causas teriam produzido diferentes efeitos. Nas economias clássicas, o efeito principal teria sido a elevação da taxa de investimento; no caso brasileiro o principal efeito observado consiste no crescimento mais que proporcional do consumo do setor rico da população (FURTADO, 1997, p. 220).

O Brasil, por isso, só teria condições de superar sua condição subdesenvolvida, caso realizasse um projeto de desenvolvimento com maior igualdade social. Ou seja, deveria ir além das políticas que apenas estimulava o crescimento do PIB. Além de procurar estimular a economia, o desenvolvimento deveria focar no social. Para Furtado, segundo Oliveira (2013, p. 58), o desenvolvimento social deve contemplar:

as implicações da distribuição da renda no processo de crescimento econômico, suas repercussões na renda do trabalhador, além do poder de influência das opções políticas na condução de ações econômicas para as condições sociais (OLIVEIRA, 2013, p. 58).

Para construir o seu pensamento, Furtado (1967, p. 228) esclarece que “a tese Singer-Prebisch trouxe uma nova visão para o entendimento da teoria

tradicional do comércio internacional, pois analisa os fatores responsáveis pela perda de dinamismo da procura internacional de produtos primários". A tese estava baseada na hipótese de que havia uma tendência, de longo prazo, à deterioração dos termos de troca para os produtos exportados pelos países em desenvolvimento - ou seja, os preços dos produtos primários tendiam a cair com referência aos preços dos produtos manufaturados, pois a baixa elasticidade-renda da demanda por produtos primários, afetava o comportamento do custo dos fatores, mantendo os salários dos países em desenvolvimento relativamente baixos, com referência aos dos países desenvolvidos.

Portanto, o projeto de desenvolvimento social pensando por Furtado, jamais poderia ser realizado pelos países centrais e/ou pelas forças de mercado, pois geralmente os investimentos das economias desenvolvidas, quando voltados à periferia, eram destinados prioritariamente ao setor primário, não gerando, por isso, efeitos desencadeadores e retroalimentadores positivos ao desenvolvimento periférico. Caso esses investimentos fossem direcionados para áreas que incorporassem maior progresso técnico, a periferia teria maiores condições de experimentar uma transformação estrutural que a tornaria mais independente e, com maiores possibilidades de superar o seu atraso econômico. Então, tornava-se necessário que a periferia buscasse reduzir a importância relativa do setor agrícola como principal determinante da sua renda nacional, segundo a tese Singer-Prebisch (SINGER, 1950; PREBISCH, 1949).

Singer (1950), aponta outros motivos para que os países periféricos investissem seus recursos na produção de artigos industriais, quais sejam: as economias desenvolvidas se preocupavam em investir e disseminar o progresso técnico apenas em seus territórios, no intuito de elevar a produtividade de seus produtos primários e elaborados. Assim, caso desejassem, poderiam adotar políticas protecionistas no seu setor de produtos primários e/ou competir com os artigos primários produzidos pela periferia, no mercado internacional. As duas políticas dificultariam ainda mais o progresso e a independência das economias agroexportadoras,

perpetuando o seu subdesenvolvimento.

A fim de superar o seu subdesenvolvimento, como resultado de uma política industrial intencionada ou não, a partir da década de 1930, o setor industrial passou a desempenhar um papel crescentemente importante na determinação da dinâmica da economia brasileira, tendo o centro dinâmico da economia brasileira se deslocado para o mercado interno, assim como delimitado por Furtado (1954; 1959). Como resultado dos investimentos públicos e privados (nacionais e externos), o país conseguiu superar sua vocação agrária, chegando a apresentar uma taxa de crescimento de 14% em 1973, ultrapassando inclusive a taxa de crescimento dos Estados Unidos (5,6%) e países como México (7,9) e Chile (-5,0), segundo dados do Banco Mundial (Cf.: **Tabela 4**).

Mas, o elevado crescimento do PIB, sem as reformas de base, sem redistribuição de renda e sem o controle democrático, apenas confirmou os temores de Celso Furtado, ou seja, de que o esforço e os resultados da industrialização brasileira não promoveriam o desenvolvimento social adequado, caso negligenciassem essas ações. Foi exatamente o que aconteceu.

Tabela 4 – Crescimento do PIB (%), anos selecionais

País	Ano				
	1970	1973	1976	1980	1990
Brasil	10,4	14,6	10,8	9,2	-4,4
Estados Unidos	-0,3	5,6	5,4	-0,3	1,9
México	6,5	7,9	4,4	0,2	5,2
Chile	1,8	-5,0	3,8	8,0	3,3

Fonte: WORLD BANK, *World Development Indicators*, [s. d.].

O crescimento do PIB era condição necessária, mas não suficiente para que o país superasse sua condição subdesenvolvida. A situação atual é bem pior, pois nem o crescimento econômico adequado para distribuir a renda, o país está conseguindo alcançar. O que se verifica, na atualidade, é uma forte estagnação do PIB e um reduzido gasto na esfera social, acirrando ainda mais a grande massa de desempregados e subempregados que carecem da proteção do Estado, mas não a encontram na medida exata de suas necessidades.

Para Furtado (1992), a solução para o enfrentamento dos problemas sociais provocados pelo modelo de desenvolvimento adotado na periferia, dependia da elaboração e da execução de um projeto político realizado pelo Estado, apoiado em conhecimento consistente da realidade social. Assim, o Estado, e não o mercado, seria o ator fundamental na promoção dos projetos de desenvolvimento na área social, e de uma industrialização capaz de promover mudanças estruturais. Os investimentos industriais, por sua vez, devem ser realizados, sem abdicar dos investimentos em conhecimento, tecnologia, educação e outras demandas sociais presentes no país.

Furtado também mostrou que era uma ilusão pensar que economias subdesenvolvidas agroexportadoras e dependentes de progresso tecnológico, poderiam galgar etapas para alcançar o seu desenvolvimento econômico, assim como ocorrera nos países desenvolvidos, sem olhar para a questão social. Contrariamente, na análise das economias contemporâneas, de um ângulo dinâmico, não se verifica uma tendência à passagem automática de uma fase qualquer a outra superior. Ao contrário, a única tendência visível é para que os países subdesenvolvidos continuem a sê-lo (PREBISCH, 1949; FURTADO, 1961).

Logo, para Furtado, os planos convencionais de desenvolvimento são necessários, mas não são suficientes para modificar igualmente as estruturas dos países subdesenvolvidos. Antes, seria necessário realizar reformas estruturais profundas, para em seguida formular e executar planos de desenvolvimento capazes de enfrentar os desequilíbrios da periferia, como o desequilíbrio externo (no balanço de pagamentos) e no nível de preços

(inflação). Infelizmente, com receio de incorrer nestes tipos de desequilíbrios, quando da busca pelo desenvolvimento com justiça social, muitos países se conformam com “estagnação ou, no mínimo, com um ritmo mais lento de crescimento” (FURTADO, 1961, p. 200).

Os obstáculos ao desenvolvimento econômico e social estão no controle das estruturas de poder, bem como na apropriação e na utilização do excedente produtivo, por isso é importante flexibilizar a oferta e mudar o perfil da demanda. Sem a realização de reformas estruturais complementares, a vida da população não seria alterada, pois, na visão furtadiana,

basta que o excedente seja consumido por uma minoria privilegiada que diversifica e amplia permanentemente um consumo abastecido do exterior e/ou invertido no exterior, para que mantenha o equilíbrio do subdesenvolvimento, mesmo que desapareça completamente o setor de subsistência. (FURTADO *Apud* CARDOSO, 2021, p. 131).

Prova disso é que, no final da década de 1980, o Brasil, mesmo tendo avançado em sua matriz industrial e alcançado altas taxas de crescimento no período 1930-1980, não conseguiu superar sua condição de subdesenvolvimento, pois o processo de substituição de importações ocorreu à custa de elevada concentração de renda e elevada queda no produto interno bruto (-4,4%), conforme visto na **Tabela 4**. O fato é que o crescimento econômico dos anos de 1970 não se traduziu em desenvolvimento social, persistindo as desigualdades.

Segundo Furtado, a partir de 1990, com o processo de abertura econômica, a formação do Estado nacional brasileiro estava em risco dada a crescente transnacionalização do capitalismo na décadas seguintes, na medida em que este processo tenderia para a desarticulação dos centros internos de decisão; elevaria o predomínio do uso da lógica das corporações transnacionais na condução dos assuntos estratégicos de cunho nacional; bem como tenderia a agravar a histórica problemática da heterogeneidade

regional. Na sua obra denominada de *Brasil: a construção interrompida*, Furtado (1992, p. 35) assim declara:

em um país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional.

Na esfera regional, a persistência das disparidades regionais - em particular do atraso socioeconômico da região Nordeste- revela esse processo inacabado de construção da nação. Em pleno século XXI, o Nordeste brasileiro concentra apenas 14,18% da soma de todos os bens e serviços finais produzidos no país. Por outro lado, os estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais somam sozinhos mais da metade do PIB nacional (53,02%). A disparidade na distribuição regional da renda é um fenômeno persistente no Brasil e, pode ser melhor compreendida, na medida em que mais de 70% da riqueza nacional se encontra concentrada no Sul e Sudeste do país, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 5 – Distribuição da área geográfica e PIB por cada região (2010 e 2019)

Região	Área territorial (%)	PIB (%) (2010)	PIB (%) (2019)
Norte	45,3	5,33	5,69
Nordeste	18,3	13,45	14,18
Sudeste	10,9	56,13	53,02
Sul	6,8	15,96	17,22
Centro-oeste	18,9	9,13	9,90
Brasil	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, *Produto Interno Bruto*, [S. d.].

A natureza da baixa participação do Nordeste na formação da riqueza nacional está relacionada, segundo Furtado, com a sua dependência do Centro-Sul, uma região também dependente (em relação às economias centrais do atual capitalismo mundial). Assim, “não será por outra razão que o crescimento econômico vem apresentando nessa região projeções sociais mais negativas do que no Centro-Sul, como se o seu subdesenvolvimento fosse de uma ordem mais elevada” (FURTADO, 1984, p. 64).

Ademais, além do Nordeste, a política de desenvolvimento regional amazônica também sofreu forte golpe com a extinção, por meio da Medida Provisória n.º 2.146-1, de 4 de maio de 2001, do fundo de desenvolvimento da Amazônia (FINAM) e do FINOR. Estes instrumentos, durante cerca de quatro décadas, contribuíram para a transformação tanto do Nordeste quanto da Amazônia. Constatou-se, neste período, um esvaziamento do planejamento regional, exceto para as atividades ligadas ao setor turístico e a agricultura irrigada (SENRA, 2009). Conforme mostra a **Tabela 6**, antes mesmo da extinção do FINAM e do FINOR, entre os anos de 1989 a 1994, não houve nenhum repasse da Secretaria do Tesouro Nacional para o FINOR

e demais fundos regionais.

Tabela 6 – Repasses da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) aos Fundos Fiscais Regionais de Investimento (1970 a 2000) - em R\$ (2002)

Fundos	1970	1975	1980	1985	1989 a 1994	1995	2000
FINAM	769.647	688.151	410.659	321.988	n. d.	599.491	650.585
FINOR	1.659.712	1.846.600	955.844	1.077.023	n. d.	607.156	507.476
FUNRES	n. d.	21.493	19.723				
Total	2.429.359	2.534.751	1.366.504	1.399.011	0	1.228.139	1.177.783

Fonte: Monteiro Neto (2005, p. 231).

Em 2001, a SUDENE, idealizada por Furtado e pelo GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) no ano de 1959, foi extinta no governo de Fernando Henrique Cardoso. Somente no ano de 2003 é que o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva colocou em debate, o problema do desenvolvimento regional e de seu financiamento. Como resultado destas discussões, no ano de 2007, a SUDENE foi recriada. Neste mesmo ano, o governo instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (I PNDR), buscando soluções para as crescentes desigualdades de renda e de oportunidades vivenciadas pelas regiões brasileiras que vem se aprofundando desde os anos de 1980 (SENRA, 2009).

Com o esvaziamento das políticas regionais, o país enfrentou graves problemáticas como a guerra fiscal ou guerra dos lugares entre estados e municípios, tendo em vista a ausência de um Projeto Nacional, e de centros de decisões comprometidos com as reais necessidades da população em termos de geração de empregos decentes, saúde, moradia e educação. Certamente que, em meio à atual crise sanitária, econômica e social,

conforme mostram os indicadores a seguir, o país precisa se reconstruir, com base no planejamento e num projeto conforme pensado por Furtado, o mais breve possível.

Segundo Furtado (2002), o Brasil cresceu e se modernizou no século XX, mas o crescimento da renda não resultou no arrefecimento das desigualdades sociais e regionais, ou seja, o país não teve êxito para reduzir a pobreza e a miséria de milhões de brasileiros, com geração de empregos decentes. A concentração de renda, em pleno século XXI, é resultado das ações das classes dominantes que copiaram o padrão de desenvolvimento das Nações mais abastardas no século passado. Em suas palavras: “o problema da pobreza no Brasil não reflete escassez de recursos, e sim a forte propensão ao consumo por parte dos grupos de alta renda” (FURTADO, 2003).

3. Breve análise da realidade econômica e social da economia brasileira (2014 a 2021)

Como foi visto nos itens anteriores, os estudos de Furtado tinham como propósito compreender a realidade econômica e social do Brasil, bem como o seu atraso econômico. A dependência do setor externo, conforme já explicado, é um fator que limita o desenvolvimento econômico nacional. No final dos anos de 1990, verificava-se um país marcado pelo

sufocamento da esfera pública e pela valorização do individualismo exacerbado; o financiamento precário dos bens públicos e das políticas sociais, o sacrifício do planejamento pela subordinação ao Fundo Monetário e aos credores externos e internos (BASTOS, 2012, p. 780).

O fim do estado intervencionista e desenvolvimentista e o avanço da ideologia neoliberal, a partir da década de 1990, foi marcado por um novo

projeto para o país, com os seguintes objetivos: “i) flexibilizar a legislação trabalhista e o gasto social; ii) vender as empresas estatais; iii) elevar taxas de juros tanto quanto exigido pelo “mercado”; iv) direcionar os bancos públicos para apoiar as privatizações”. No ano de 2007, no segundo Governo Lula, em contraposição a este projeto, surge o que o ministro Guido Mantega denominou de modelo

social-desenvolvimentista, um projeto de governo que deve focar na necessidade de distribuição da renda, das políticas sociais e redução da pobreza para a ampliação do mercado de consumo de massas durante os governos petistas (BASTOS, 2012, p. 781).

Por focar no social, é um modelo que se aproxima do projeto de desenvolvimento social defendido por Furtado, em suas obras.¹

Contudo, no final do governo Lula, já se verificava um certo esgotamento do potencial de crescimento da participação do gasto social no total do gasto público e do PIB, do aumento do salário mínimo real e do crédito ao consumidor, prevendo seu crescimento a um ritmo que passaria a acompanhar, mais que liderar, o crescimento econômico. De acordo com Bastos (2012, p. 797), a questão “social” é importante, mas é pouco provável que sustente o desenvolvimento capitalista no país. Ou seja, além do aspecto redistributivo, é necessário que “o Estado brasileiro dirija adequadamente o desenho de políticas cambial, industrial, de compras governamentais e atração de investimentos externos” (*Idem*).

Assim, o Brasil, em pleno século XXI, é uma economia subdesenvolvida na medida em que continua dependente do dinamismo da economia internacional para exportar commodities, apresentando, por isso, dificuldades para avançar num mundo onde se acredita na autorregulação dos mercados.

1 Para melhor compreensão do modelo denominado de “social desenvolvimentismo”, fazer uma leitura do artigo: “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”, de Pedro Paulo Zahluth Bastos (2012).

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2021a, p. 2-3), no segundo trimestre de 2021, com exceção da agropecuária e das exportações, todos os demais setores e itens da demanda estavam abaixo do verificado no ano de 2014. Nesse cenário, apenas a indústria extrativa tem evidenciado sinais de recuperação devido à retomada do dinamismo da economia mundial e à melhora dos preços internacionais de commodities. Já

a agricultura, que apresentava desempenho acima dos demais setores, mesmo no contexto da pandemia, teve queda, sobretudo pelo fraco desempenho de culturas como milho, algodão e café, e foi afetada pelos efeitos adversos do clima. A indústria de transformação, entre o primeiro e o segundo trimestre de 2021, registrou queda de 2,2% (DIEESE, 2021a, p. 2-3).

A crise sanitária apenas exacerbou o quadro de estagnação que já vinha ocorrendo no país, desde 2014, pois emergiu exatamente no momento em que o país tentava se recuperar da forte crise recessiva dos anos de 2015 e 2016, conforme **Tabela 1**. Salama (2020, p. 7) explica que essa tendência à estagnação é uma realidade enfrentada, não apenas pela economia brasileira, mas por toda a América Latina e tem como causa principal, a execução de um modelo econômico baseado na relação reprimarização-desindustrialização. Isto é, sem um projeto de desenvolvimento econômico e social adequado à escala da crise, o país está regredindo ao passado.

O atual modelo não é capaz de tirar o país da estagnação em que se encontra, pois, além de depender da tecnologia produzida nos grandes centros, a economia nacional não tem como controlar o preço e a quantidade dos commodities comercializados no mercado internacional. Além disso, é um modelo capaz de destruir o parque industrial brasileiro, se o Estado não formular e executar alguma política industrial, no médio prazo (SALAMA, 2020).

Enquanto a América Latina e, portanto o Brasil, vêm sofrendo um processo de reprimarização da sua pauta exportadora, a China, principal

parceira comercial do Brasil, vem mantendo sua trajetória de crescimento, mesmo em meio à crise pandêmica. Para Mansiero e Coelho (2014, p. 153), esse desenvolvimento da economia chinesa está relacionado com o aumento dos investimentos em “setores estratégicos (dinamizadores) de competitividade, o que possibilitou sua expressiva inserção comercial e produtiva nos mercados estrangeiros, materializando sua estratégia *going global*”. Ademais, desde a década de 1990, seu tecido industrial foi sendo transformado com a consolidação de “setores prioritários (metal-mecânico, químico e eletroeletrônico) em grandes grupos corporativos, os quais possuem metas e passam a contar com amplo apoio governamental em suas estratégias de produção e inovação”.

No entendimento do Banco Mundial (2021), o principal motivo responsável pela baixa recuperação do PIB brasileiro é a sua elevada dependência dos preços das commodities no mercado internacional. Conforme alertou Furtado, enquanto o país não conseguir romper com essa elevada dependência externa, o processo interno de exploração se intensificará e, por conseguinte, o seu subdesenvolvimento (FURTADO, 1992).

Salama (2020), acrescenta ainda que a estagnação econômica latina e, portanto, do Brasil é fruto da relativa incapacidade do governo federal de promover políticas capazes de fazer frente à gravidade da crise. Isso é preocupante na medida em que, quanto menor o PIB de um país, menor a sua capacidade de elevar os rendimentos do trabalho, e maior a tendência à desigualdade, ainda mais se o governo não investe, de forma suficiente, na educação.

De acordo com a CEPAL, em virtude da crise pandêmica, a pobreza e a extrema pobreza alcançaram, em 2020, na América Latina níveis que não foram observados nos últimos 12 e 20 anos, respectivamente. Além disso, constatou-se uma piora dos índices de desigualdade na região, nas taxas de ocupação, nos níveis salariais, e participação no mercado de trabalho, sobretudo das mulheres (CEPAL, 2021).

Desde 2014, a população de baixa renda, no Brasil vem sofrendo com

uma reversão parcial dos ganhos distributivos e de bem-estar experimentados no período 2002 a 2013, quando se verificou um aumento real do salário mínimo, revelando que o social desenvolvimentismo entrou em crise. Neste período, “o salário mínimo real cresceu 73% se deflacionando pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)” (BLANK; CARVALHO, 2019, p. 166).

No lado da demanda final, a estagnação do PIB brasileiro afeta negativamente ao menos três componentes: o consumo das famílias, os investimentos ou formação bruta de capital fixo (FBCF) e as exportações. No ano de 2020, como reflexo do lockdown, a FBCF fechou com uma queda de 24,5%, “nas comparações com os mesmos períodos de 2019, enquanto junho registrou uma queda de 15,6%, o segundo trimestre encerrou com uma retração de 23,1%. No acumulado em doze meses, os investimentos caíram 4,1%” (IPEA, 2020). No ano seguinte, em 2021, a FBCF caiu 3,0% no segundo trimestre e ficou praticamente estagnada no terceiro (-0,1 %) (DIEESE, 2021b).

Este cenário é preocupante, pois, segundo Furtado (1969), as alterações na estrutura econômica de uma economia subdesenvolvida envolvem o planejamento estatal voltado para o crescimento dos investimentos, não apenas industriais, mas inclusive investimentos no fator humano, em pesquisa científica e tecnológica.

Neste sentido, sendo o desenvolvimento dependente dos avanços tecnológicos, o país deve investir em novas técnicas. Mas, a realidade brasileira revela que o país está indo na contramão do projeto de desenvolvimento econômico e social defendido por Furtado. De fato, a **Tabela 7** mostra que as taxas de investimentos, referentes ao período 2010-2018, vem apresentando quedas consecutivas, como percentagem do PIB, passando de 20,5% (2010) para 16,5% (2018), ficando aquém das taxas apresentadas na América Latina.

Ou seja, o investimento tem sido insuficiente para reverter o quadro de subdesenvolvimento e pobreza da América Latina e do Brasil. Além do baixo investimento produtivo, o aumento da pobreza também está diretamente

relacionado com a queda na renda do trabalho, já que esta vem perdendo, paulatinamente, poder de compra, mais do que os demais rendimentos, conforme já mencionado.

Tabela 7 – Taxa de Investimento Agregada: FBCF total (% do PIB) - em U\$, 2010

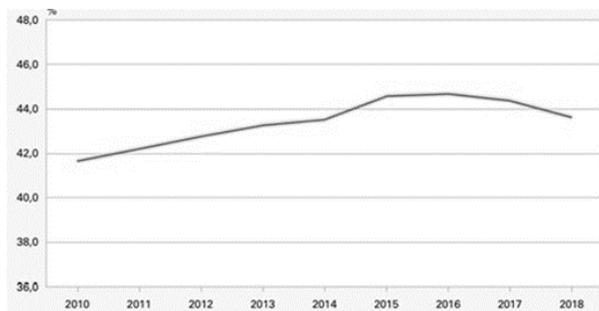
País/ Região	Ano								
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*
América Latina	20.5	21.4	21.5	21.5	20.8	19.8	18.6	18.2	18.7
Argentina	16.6	18.4	17.3	17.3	16.5	16.7	16.0	17.5	16.9
Brasil	20.5	21.1	20.9	21.4	20.4	18.2	16.6	16.0	16.5
Colômbia	21.1	23.4	23.3	23.6	25.2	24.2	23.7	22.6	22.8
México	21.6	22.5	22.7	21.7	21.7	22.1	21.7	20.9	20.6

Legenda: * Dados preliminares.

Fonte: CEPAL *Apud* Salama (2020, p. 8).

Na **Figura 1**, é possível verificar que a participação percentual da remuneração do trabalho sobre o PIB, vem regredindo desde 2015, apesar da tendência de crescimento no período 2010 a 2014.

Figura 1 – Participação da remuneração do trabalho (% sobre o PIB) – Brasil, 2010-2018



Legenda: Sistema de Contas Nacionais, 2010-2018.

Fonte: IBGE (2020, p. 17).

Ademais, entre janeiro de 2020 e janeiro de 2021, o número de ocupados caiu de 94,2 milhões, para 86 milhões. Ou seja, mais de 8 milhões de trabalhadores ficaram sem renda (DIEESE, 2021). Esses trabalhadores sem renda também precisam se preocupar com a alta no nível de preços e com as dívidas. Segundo o IBGE (2021), a inflação brasileira acumulada até novembro de 2021, ou seja, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado de 12 meses ficou no patamar de 10,74%. Já o número de inadimplentes no Brasil atingiu 63,4 milhões, o maior índice registrado desde julho de 2020 (63,5 milhões) (SERASA, 2021).

No que diz respeito ao comércio internacional, no ano da crise pandêmica, ou seja, em 2020, “o Brasil registrou a menor participação tanto na produção como nas exportações mundiais da indústria de transformação, desde o início das séries históricas, no ano de 1990”. O país apresentou uma performance pior do que a da indústria de países vizinhos no ranking mundial, como Rússia e Turquia. Em termos percentuais, “a participação do Brasil na produção mundial da indústria de transformação caiu de 1,35%, em 2019, para 1,32%, em 2020” (CNI, 2021, p. 1).

A economia brasileira também vem perdendo competitividade no que diz respeito às exportações de alta tecnologia. Exportações de alta tecnologia são produtos com alta intensidade de P&D, englobando setores como aeroespacial, informática, farmacêutico, instrumentos científicos e maquinários elétricos. Conforme mostram os dados do Banco Mundial (2021a), durante a crise de 2020, a Coreia do Sul apresentou um melhor desempenho, nesta variável, do que países como Argentina, Brasil, Chile, China e México. Mas, não obstante as dificuldades econômicas e sanitárias impostas pela crise pandêmica, outros países da América Latina como Chile, México e Argentina, conseguiram ampliar suas exportações de bens de alta tecnologia (Cf.: **Tabela 8**). Para reverter este quadro, o Brasil precisa, dentre outros fatores, de investimentos em educação e na capacitação da mão de obra (BLANK; CARVALHO, 2019, p. 176).

Tabela 8 – Exportação de Alta Tecnologia (% das exportações de manufaturados)

País	Ano						
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Argentina	7,1	9,2	9,0	9,2	5,4	5,2	6,0
Brasil	12,3	14,5	16,0	14,3	14,7	14,1	11,4
Coreia do Sul	30,1	31,2	30,5	32,5	36,4	32,4	35,7
Chile	7,3	7,0	8,5	6,0	6,9	7,3	15,8
China	29,7	30,4	30,2	30,9	31,5	30,8	31,3
México	20,2	19,6	20,8	21,2	20,9	20,4	21,5

Fonte: WORLD BANK, [s. d.].

O fato é que as exportações brasileiras de produtos de alta tecnologia, que já estava em queda desde 2018, sofreu um novo declínio passando de 14,1% em 2019, para 11,4% no ano de 2020, revelando assim que este setor não está sendo prioridade do governo brasileiro. O declínio das exportações brasileiras de artigos industriais também está relacionado com

a alta volatilidade do câmbio, prejudicial aos contratos comerciais, à recessão na Argentina e ao aumento das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, os três maiores mercados consumidores de bens da indústria de transformação brasileira (CNI, 2021, p. 3).

No estudo denominado de *Deterioração dos Termos de Troca: uma análise comparativa entre Brasil e Coreia do Sul (1995-2017)*, Araújo (2020, p. 65; 66) concluiu que a deterioração dos termos de troca ainda se constitui uma das principais causas para as instabilidades macroeconômicas de países periféricos, porque estão sustentados por um modelo econômico baseado nas exportações de bens primários.

Na visão de Araújo (2020), as relações de troca do Brasil com a Coreia do Sul, por exemplo, ao longo do período de 1995 a 2017, passou de um padrão de troca equitativo, para um padrão mais observado nas relações de centro e periferia. Isto significa que, enquanto as exportações brasileiras para a Coreia passaram a ser compostas por produtos agrícolas e de minério; as exportações da Coreia para o Brasil, foi crescendo paulatinamente com “um aumento na participação dos setores de eletrônico, maquinário e veículos” (ARAÚJO, 2020, p. 66).

Dados da Secretaria de Comércio Exterior (2021, p. 14; 15), apresentam os principais produtos exportados e importados entre o Brasil e a Coreia do Sul. Em 2020, o Brasil exportou para a Coreia do Sul: óleos brutos de petróleo que totalizaram US\$ 597 milhões em 2020, representando 15,9% da pauta de exportação. Em seguida, merece destaque as exportações de farelos de soja e outros alimentos animais (US\$ 544,6 milhões), minério de ferro (US\$ 509,1 milhões) e milho (US\$ 423,3 milhões). Os principais

produtos exportados da Coreia do Sul para o Brasil, por sua vez, são: "válvulas e tubos termiônicas, díodos, transístores (US\$ 1.032,8 milhões), plataformas e embarcações (R\$ 527,5 milhões), partes e acessórios dos veículos automotivos (US\$ 496,3 milhões) e medicamentos e produtos farmacêuticos (US\$ 191,7 milhões).

Portanto, a realidade econômica e social recente da economia brasileira exige uma resposta rápida do Estado, tendo em vista o quadro de estagnação econômica e social em que se encontra. Os indicadores econômicos e sociais revelam uma realidade preocupante, pois está atravessando uma grave recessão, com tendência à alta de preços, elevado desemprego e informalidade do trabalho, queda nos rendimentos do trabalho, baixo consumo, baixo nível de investimentos (FBCF), reduzido gasto público na área social, dada a prevalência da PEC n.º 55/2016, deterioração dos termos de troca, reprimarização, desindustrialização, dentre outros problemas estruturais históricos. Caso estas dificuldades não sejam atacadas por um projeto de desenvolvimento social, conforme idealizado por Furtado.

4. Conclusão

O presente artigo procurou refletir sobre a importância da promoção e sustentação de um projeto de desenvolvimento social, no pós-pandemia, tomando por base as ideias de Celso Furtado. Na visão deste autor, o Estado brasileiro necessita elaborar políticas econômicas sob a perspectiva de um desenvolvimento econômico distinto do mero crescimento, considerando a realidade econômica e social da sociedade brasileira. Na atualidade, essa realidade é bastante preocupante, pois, a crise sanitária emergiu no período em que o país já apresentava um baixo crescimento econômico (2017-2019), após vivenciar um triênio recessivo (2014-2016). Ou seja, os indicadores corroboram a tese furtadiana de que um dos maiores problemas da economia brasileira é o enfraquecimento da sua taxa de crescimento. Segundo Furtado, o Brasil não pode viver bem, sem que apresente um nível adequado de

crescimento, tendo em vista o aumento populacional (FURTADO *Apud* OLIVEIRA, 2013).

A propagação do vírus, e seus efeitos sociais agravaram os históricos problemas estruturais do país, já estudados por Furtado no século passado. Portanto, a elaboração de um projeto social conforme o entendimento furtadiano, deve atacar não apenas o baixo crescimento econômico, mas principalmente as questões sociais como: os elevados níveis de desigualdade, desemprego, baixos salários, informalidade do trabalho, desproteção social e pobreza. Ademais, esse projeto deve-se voltar para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste, pois estas regiões possuem maiores fragilidades em termos de sistemas de saúde e proteção social em comparação com a região Sudeste. Segundo dados do IBGE, a região Nordeste foi a que apresentou o maior índice de desemprego, no ano de 2021, com taxa de desocupação apresentando 16,4%, enquanto a taxa de desocupação nacional foi de 12,6%.

Além do baixo crescimento do PIB, os indicadores analisados revelam que a crise sanitária e econômica tem promovido um grande mal-estar no país, dado os reduzidos níveis de investimento, a tendência na alta dos preços e a reversão parcial dos ganhos distributivos e de bem-estar experimentados no período 2002 a 2013, quando se verificou um aumento real do salário mínimo.

No lado da demanda final, a estagnação do PIB brasileiro afeta negativamente ao menos três componentes: o consumo das famílias, os investimentos ou formação bruta de capital fixo (FBCF) e as exportações. Os entraves ao desenvolvimento econômico também está relacionado com a deterioração dos termos de troca, já que o país vem sofrendo um processo de reprimarização da sua pauta exportadora, enquanto a China, principal parceira comercial do Brasil, vem mantendo sua trajetória de crescimento, mesmo em meio a crise pandêmica, conforme os dados do Banco Mundial.

Em suma, o projeto de desenvolvimento social pensado por Furtado inclui modificações na organização produtiva, um Estado forte e capaz de responder à escalada da crise, políticas que contribuam para elevar o nível de proteção social, aos brasileiros mais vulneráveis em todas as regiões, ricas

ou pobres, adoção e incentivo de um modelo de consumo próprio, sem a necessidade de copiar os padrões de consumo dos povos mais ricos.

Ademais, para superar o atraso, que pode se acentuar no período pós pandêmico, é necessário que o Brasil formule seu próprio projeto social de desenvolvimento e não tente “reproduzir em miniaturas sistemas industriais apoiados em um processo mais amplo de acumulação de capital” (FURTADO, 1974, p. 26).

Conforme argumentou Furtado, o projeto de desenvolvimento social envolve a realização de reformas que estimulem o mercado interno; modifique o perfil da demanda, a fim de que a população não gaste grande parte de sua renda na obtenção de artigos importados, bem como crie políticas voltadas para as áreas da educação, da ciência e da tecnologia. Na atualidade, elevar os recursos em ciência e tecnologia na área da saúde, por exemplo, significa elevar a produção científica para melhor compreender a doença, bem como seus efeitos e buscar soluções.

Por fim, o Brasil precisa da atuação de um projeto de desenvolvimento social que revogue ou pelo menos flexibilize a PEC n.º 55/2016, para que os gastos na área social possam ser ampliados. As transformações estruturais que o país precisa só podem ser efetivamente enfrentados com o abandono do modelo baseado na exportação de *commodities*. O país precisa de uma estratégia para superar o atraso, investindo em setores que gerem efeitos multiplicadores, com a criação de empregos domésticos, e que deixem a renda circular internamente, como a indústria da construção civil e a indústria da saúde. Ou seja, “as propostas do desenvolvimento distributivo orientado pelo Estado parecem mais realistas, ao contar com a ampliação, integração e diversificação do mercado interno para induzir investimentos” (BASTOS, 2012, p. 802).

Referências

Portais Eletrônicos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas Nacionais Anuais*. [S. d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784#resultado/>. Acesso em: dez. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Desemprego*. [S. d.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: dez. 2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto*. [S. d.]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938>. Acesso em: dez. 2021.

JHU - Johns Hopkins University. *COVID-19 Dashboard by the Center for Systems Science and Engineering (CSSE) at Johns Hopkins University (JHU)*. [S. d.]. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: dez. 2021.

SERASA. *Mapa da Inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil*. 2021. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: dez. 2021.

WORLD BANK. *World Development Indicators*. (Data Bank). [s. d.]. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators#>. Acesso em: dez. 2021.

Bibliografia

ARAÚJO, V. M. *Deterioração dos Termos de Troca: uma análise comparativa entre Brasil e Coreia do Sul (1995-2017)*. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.

BANCO MUNDIAL. *COVID-19 no Brasil: impactos e respostas das políticas públicas*. [S. l.]: Banco Mundial, jul. 2020.

BANCO MUNDIAL. *Exportações de alta tecnologia (% das exportações de manufaturados) - América Latina e Caribe*. [S. l.]: Banco Mundial, jan. 2021a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.TECH.MF.ZS?locations=ZJ>. Acesso em: dez. 2021.

BASTOS, P. P. Z. *A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo*.

Economia e Sociedade, Campinas (SP), v. 21, n. esp., p. 779-810, dez. 2012.

BREMAEKER, F. E. J. *Recursos para a Área da Saúde*. Rio de Janeiro: Observatório de Informações Municipais, fev. 2017.

BRESSER-PEREIRA. L.; GAIA, P. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 4, p. 663-686, 2010.

CARDOSO, G. F. *A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da abordagem da complexidade*. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Panorama Social da América Latina 2020*. Santiago: Cepal, 2021.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. *Participação da indústria brasileira no mundo caiu ao mínimo histórico em 2020*. Brasília: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dez. 2021.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Com atraso de quatro meses, governo relança o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. *Nota Técnica*, n. 256, p. 1-10, abr. 2021.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Um país interrompido, um povo que luta. *Boletim de Conjuntura*, ago.-set. 2021a.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. A herança de 2021 e o que esperar de 2022. *Boletim de Conjuntura*, nov.-dez. 2021b.

FRASÃO, G. Ministério da Saúde converte 6,4 mil leitos de UTI Covid-19 em leitos convencionais de terapia intensiva. *Ministério da Saúde*. (Site). Publicado em: 15 abr. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/abril/ministerio-da-saude-converte-6-4-mil-leitos-de-uti-covid-19-em-leitos-convencionais-de-terapia-intensiva>. Acesso em: abr. 2022.

FURTADO, C. *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1961.

FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Cia. Ed. Nac., 1967.

FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. *Os Ares do Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nac., 2001.
- FURTADO, C. *Raízes do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Col. Estudos e pesquisas - Informação demográfica e socioeconômica, n. 43). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: dez. 2021.
- LEITE, M. V. C. *Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade*. Santiago: Cepal, 2019.
- MANSIERO, G.; COELHO, D. B. A política industrial chinesa como determinante de sua estratégia going global. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 1, p. 139-157, jan.-mar. 2014.
- MONTEIRO NETO, A. *Desenvolvimento Regional em Crise: Políticas Econômicas Liberais e Restrições à Intervenção Estatal no Brasil dos Anos 90*. 2005. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2005.
- OLIVEIRA, L. C. de. *Desenvolvimento social: o projeto de Celso Furtado para a nação brasileira*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2013.
- OMS - Organização Mundial da Saúde. Situação atual em relação à variante omicron. *Organização Mundial da Saúde*. (Site). Publicado em: nov. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/es/news/item/28-11-2021-update-on-omicron>. Acesso em: dez. 2021.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas. [1949]. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SALAMA, P. Stagnation économique, désindustrialisation et inégalité: trajectoires différentes en

Amérique Latine. *RBEST Rev. Bras. Eco. Soc. Trab.*; *BJSLE Braz. J. Soc. Lab. Econ.*, Campinas (SP), v. 2, 2020.

SENRA, K. V. *Políticas federais de desenvolvimento regional no Brasil: uma análise comparada dos períodos pós-guerra (1945-1964), pós-golpe militar (1964-1988) e 'pós-Constituição Federal de 1988 (1988-2009)*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SINGER, H. W. The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries. *The American Economic Review*, v. 40, n. 2, p. 473-485, 1950.

WORLD BANK. Brasil: aspectos gerais. *World Bank*. (Site). Publicado em: out. 2021. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview#1>. Acesso em: dez. 2021.